

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

ZERO HORA - RS - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Taxar dividendos é polêmica que vai além de mais tributo - MAIS ECONOMIA	3
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mercado vai aceitar até R\$ 100 bilhões em gastos extras , diz analista político	5
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Rosângela Moro, Adrilles e filha de Jefferson repassam R\$ 1 mi a empresa ligada ao PTB	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Hora de fazer os ajustes certos - RAUL VELLOSO	11
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Articulação por emendas aumenta poder da Comissão de Orçamento	13
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL SEGURIDADE SOCIAL	
Entregadores de aplicativos ainda sonham com direitos trabalhistas	15
O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Auxílio Brasil: Idec vê uma série de infrações no consignado que começou a ser liberado há uma semana	16
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Índice do BC mostra retração da atividade	17
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A Lei 14.457/2022 sob a perspectiva do Princípio da Igualdade (Artigo)	19
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Prévia" do PIB tem a maior queda desde março de 2021	22
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Por que votamos em Lula (Artigo)	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Após 15 semanas de queda, gasolina na bomba sobe 1,4%	25
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsonaro e o seu desprezo ao pobre - MÍRIAM LEITÃO	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Receita reduz necessidade de financiamento público	27

Terça-Feira, 18 de Outubro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ex-presidente se diz preocupado com extrema-direita em alta..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Para deixar isolamento político, Sergio Moro se une ao bolsonarismo..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Atividade econômica encolhe mais que o esperado em agosto, aponta indicador do BC
..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Relatório aponta caminhos para País reduzir em 36% emissões de metano..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Perda de fôlego em agosto não diminui otimismo para o ano..... 36

Taxar dividendos é polêmica que vai além de mais tributo - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

Quando a coluna constatou que a taxaçoão de dividendos deve ser a "solução" apontada pelos candidatos à Presidência para bancar o pagamento do benefício social de R\$ 600 em 2023 (para lembrar, o orçamento da União enviado ao Congresso prevê só R\$ 405), leitores cobraram posição: é boa ou má notícia?

No debate de domingo da Band TV, o tema foi uma das poucas discussões sobre economia. Jair Bolsonaro (PL) voltou a dizer que os recursos sairiam da proposta de **reforma tributária** já aprovada pela Câmara, que só precisa de confirmação no Senado. Mas por que há polêmica na taxaçoão de dividendos (ganho distribuído aos acionistas pelas empresas quando têm bons resultados)?

Em primeiro lugar, por ser uma cobrança a mais em um país já farto de pagar **tributos**. O debate sobre a taxaçoão de dividendos foi retomado no Brasil a partir do final de 2017, quando os Estados Unidos aprovaram uma **reforma tributária** proposta pelo então presidente Donald Trump.

A principal mudança era a redução da alíquota de imposto de renda federal de 35% para 21%, enquanto a média no Brasil é de 34%, já considerada a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Na época, especialistas sustentavam que o Brasil teria de acompanhar a mudança, sob pena de perda de competitividade.

Nos EUA, há taxaçoão de dividendos de até 20%. Com um detalhe: só paga quem ganha mais de cerca de US\$ 3,5 mil mensais (R\$ 18 mil pelo câmbio atual), até porque investir em ações por lá é um hábito mais disseminado do que no Brasil. Depois disso, ainda há duas alíquotas por faixa de renda, de 15% (para renda mensal até cerca de US\$ 37 mil).

No entanto, ao menos um ilustre tributarista brasileiro, Everardo Maciel, que comandou a **Receita Federal** nos anos FHC, é um crítico da taxaçoão de dividendos. Conforme esse especialista, é melhor manter a tributação apenas sobre o lucro das empresas porque, nesse caso, é mais fácil combater a sonegação.

Everardo pondera que taxar dividendos vai

desestimular as empresas a distribuí-los. E, principalmente, provocar distorçoões, como a apropriação de recursos da companhia por seus sócios por meio de artimanhas, conhecidas internacionalmente como "fringe benefits".

Ou seja, segundo o ex-chefe da **Receita Federal**, haveria mais possibilidade de dribles ao Fisco com a cobrança sobre dividendos do que sem. Essa não é uma posição consensual, mas ajuda a explicar por que há polêmica em torno da taxaçoão de dividendos, e não é só a do acréscimo de mais um imposto.

IBC-Br de agosto ajuda a explicar **PIB** Depois de muito atraso, as projeçoões feitas por cerca de cem instituições financeiras e consultorias econômicas consultadas pelo Banco Central (BC) para mostrara mediana (mais frequente) das projeçoões para o país passaram do limite do crescimento já acumulado no primeiro semestre (2,5%) como estimativa de crescimento do **PIB**.

O Boletim Focus divulgado ontem pelo BC prevê alta de 2,7% no **PIB** de 2022, apenas dois décimos acima do acumulado até julho. Isso significa que a maioria dos analistas projeta avanço no **PIB** de menos de 0,2% - o cálculo é acumulado, não somado - em todo o segundo semestre. E outro dado apresentado ontem pelo BC ajuda a explicar: o índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) em agosto teve forte queda de 1,13%. Conforme os dados do BC, essa foi a maior redução mensal do nível de atividade desde março de 2021, quando havia ocorrido tombo de 3,6%. Computado esse resultado, de janeiro a agosto, o acumulado do IBC-Br quase empata com o crescimento projetado para todo o ano no Focus: 2,76% (sem ajuste sazonal, que descarta variaçoões específicas de períodos do ano).

A forte queda do IBC-Br é atribuída por analistas ao impacto da alta do juro básico, que por definição costuma tardar de seis a nove meses para "esfriar" a economia, e ao esgotamento do efeito benéfico de medidas de estímulo ao consumo que se refletiram no **PIB** do segundo trimestre, como a antecipação do 13º salário e a liberação de FGTS.

O IBC-Br usa menor quantidade de dados para acompanhar o ritmo da economia em base mensal, já que o indicador de geração de riqueza nacional só é

informado a cada três meses pelo IBGE, sempre com bastante atraso.

UMA FUNÇÃO EM TESTE NO NUBANK DEVERIA VIRAR PADRÃO: 0 "MODO RUA", OPÇÃO PARA 0 CLIENTE FIXAR VALOR TOTAL MÁXIMO PARA TRANSAÇÃO VIA PIXJED OU BOLETO QUANDO ESTIVER FORA DE CASA, DE FORMA INSTANTÂNEA. HOJE, A MUDANÇA PODE DEMORAR DIAS.

12% é a defasagem do diesel no Brasil até a sexta-feira segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). A refinaria privada de Mataripe (BA) elevou preços pela segunda vez: 2% para gasolina (9,7% há uma semana) e 8,9% no diesel (11,3% há uma semana).

Uma célula autônoma

Espaço dedicado a demonstrar na prática novas tecnologias para fábricas, a Célula Conceito da Indústria 4.0 deste ano da feira de inovação industrial Mercopar vai mostrar a automação aplicada a um dos processos fabris mais importantes de uma linha de montagem: a inspeção de qualidade.

Desenvolvida pela Master Sistemas Automotivos, controlada das Empresas Randon, a estrutura de dois metros quadrados simulará uma estação de trabalho e fará demonstrações com base na utilização de sistemas integrados da internet das coisas (também conhecida pela sigla em inglês IoT), realidade aumentada, sistema de visão e robótica colaborativa.

A iniciativa da Rede RS Indústria 4.0, em parceria com o Sebrae-RS e o Senai-RS, ilustra a integração entre diferentes atores da cadeia produtiva gaúcha.

Um robô colaborativo, que trabalha lado a lado com os funcionários, de forma segura, foi desenvolvido pela equipe de engenharia da Master para atuar no processo de revisão e de liberação das peças. O desenvolvimento da estrutura, específica para a inspeção de freios produzidos pela empresa, levou cerca de seis meses.

Segundo os desenvolvedores, o processo de inspeção garante maior segurança, ganho em qualidade final de produção e rastreabilidade do produto manufaturado. Por meio da robótica colaborativa, que permite que humanos trabalhem em conjunto com robôs em processo com capacidade de aprendizagem por parte da máquina, a célula fará a inspeção final de um freio automotivo de 56 quilos.

De cara nova antes do primeiro século Já nos preparativos da comemoração do primeiro centenário -

foi fundada em 1924 -, a Fruki está adotando nova identidade. A coluna antecipa a nova marca da empresa que se apresenta como "maior indústria regional de bebidas do Rio Grande do Sul": Fruki Bebidas.

Nos próximos meses, o processo de atualização vai passar pelos principais pontos de contato. A intenção é fortalecer a imagem institucional, reforçando seus valores de qualidade, confiança e produtos para todos os momentos do dia.

- Vivemos um momento de evolução e transformação, cuidando do presente e prontos para desafios futuros. Somos uma empresa que inova e se moderniza com o cuidado de manter sua essência, preservar o legado e respeitar a história, sempre fiel ao propósito -afirma a diretora-presidente, Aline Eggers.

O trabalho foi das empresas BCode e Bendito Design.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Mercado vai aceitar até R\$ 100 bilhões em gastos extras , diz analista político

BRASÍLIA - O analista político Lucas de Aragão , sócio da Arko Advice, que faz consultoria para empresas, bancos e fundos de investimentos nacionais e estrangeiros, relata que os investidores aceitariam uma expansão de gastos adicional de R\$ 80 bilhões a R\$ 100 bilhões pelo próximo presidente, mas não mais que esse valor.

Assusta com R\$ 100 bilhões, mas aceitam. Depois começaria a pressionar mais por algo que venha para reduzir gastos de forma estrutural , diz Aragão.

Na entrevista, o analista político detalha três pontos que os investidores mais querem saber em relação à atuação do próximo governo: detalhes sobre a nova âncora fiscal, se haveria mudança na lei das estatais e se os parlamentares do Centrão serão suscetíveis a responder às pressões do mercado financeiro.

Se recuariam quando o mercado reagir muito mal a uma proposta ou uma votação, como já aconteceu em alguns momentos , avalia o sócio da Arko. Veja os principais trechos da entrevista.

Existe de fato uma ansiedade dos investidores e agentes do mercado em querer saber detalhes das regras fiscais. O que eles querem saber?

Sim, eu percebo isso. Estive em Nova York, onde eu fui fazer uma rodada com clientes estrangeiros para falar disso. É sempre mais natural que eles perguntem mais sobre o Lula do que sobre Bolsonaro. Assim como perguntavam mais do Bolsonaro em 2018. Bolsonaro é o atual presidente e eles têm mais dúvidas normalmente sobre a oposição.

Quais são as maiores dúvidas?

Diria que são três as principais questões. Ambos já deram sinais de mudança no teto de gastos (regra atual que atrela o crescimento das despesas à **inflação**). A primeira dúvida é qual vai ser a âncora fiscal que mantenha a trajetória da dívida de maneira mais equilibrada. A segunda dúvida é em relação à lei das estatais e as empresas estatais como um todo. Como ficariam a Petrobras e o Banco do Brasil num eventual governo do PT. Como ficaria o PPI, a política de paridade internacional? Haveria um presidente (das estatais) mais político? Se isso teria que passar pelo Congresso com uma mudança da lei das estatais ou

não? Em terceiro lugar está o interesse muito alto em relação ao Congresso. A quanto anda o nível de debate fiscal, se melhorou ou não? Quão mais suscetível os parlamentares do Centrão estarão em ouvir as pressões e os recados do mercado. Se recuariam quando o mercado reagir muito mal a uma proposta ou uma votação, como já aconteceu em alguns momentos.

Por que os investidores cobram mais do ex-presidente Lula do que Bolsonaro, já que o presidente adotou medidas populistas para ganhar a eleição?

Não é bem binário assim. O primeiro ponto é que eles tendem a perguntar mais sobre o desconhecido. E hoje o Lula é mais desconhecido do que o Bolsonaro, que está no poder. Um segundo ponto é que existe uma visão geral no mercado que o macro brasileiro (quadro da economia) está decente, com uma relação dívida pública/**PIB** em que a trajetória não é empinada para cima, com menos gastos do funcionalismo público. Com questões fiscais que preocupam, sim, principalmente do ponto de vista de herança em relação ao modo (como foi feito) do que necessariamente com o gasto. Vamos pegar, por exemplo, a questão do Auxílio Brasil aumentado através de uma PEC no período eleitoral. Não se preocuparam tanto porque isso não alterou a trajetória da dívida, mas preocupou porque eles imaginavam que não aconteceria por causa da lei eleitoral e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, é um cenário de mixed feelings (sentimentos misturados).

Tanto Bolsonaro como Lula já acenaram que vão precisar de mais gastos em 2023 para cumprir as promessas de campanha, como Auxílio Brasil de R\$ 600. Como os investidores avaliam essa licença para gastar?

Eles sabem que ambos prometeram e já precificaram claramente - todos com quem eu converso - que vai ter Auxílio Brasil de R\$ 600 até dezembro de 2023. Eles imaginam esse gasto adicional na casa de R\$ 50 bilhões. Eu percebo por alguns fundos que não tem um número mágico. Passei os últimos dias conversando com uns economistas chefes de bancos e fundos relevantes, além de estrangeiros, e a percepção geral é de que R\$ 80 bilhões até R\$ 100 bilhões o mercado até aceita. Assusta com R\$ 100 bilhões, mas aceita, depois começaria a pressionar

mais por algo que venha para reduzir gastos de forma estrutural.

De que forma?

Vai começar a ter uma cobrança não só em relação à ancoragem fiscal, mas de onde virão as contrapartidas. Pode começar a azedar (o humor) se não vier uma discussão que mostre que vai ter algum tipo de redução de gasto constante e estrutural. Seja com uma reforma administrativa (reestruturação do RH do Estado), ou com algum outro gasto recorrente que poderia ser diminuído. Uma das coisas que preocupa os investidores quando falam do governo do PT é de tentar usar ali um waiver (licença para gastar) acima de R\$ 100 bilhões para novos gastos.

Tem duas propostas na equipe do Lula e duas no Ministério da Economia para substituir o teto de gastos. Os investidores discutem o nível de detalhe dessas propostas?

Eu converso muito com ambas as campanhas e eu vejo no PT que as pessoas mais pragmáticas sabem que vão precisar falar de uma regra de ancoragem fiscal. A tendência é ter uma regra de controle de gastos. Mesmo que não seja por vontade própria, ideologia, por mudança de pensamento, mas pode vir na base da queda de braço.

O que se espera da agenda econômica do Congresso com o resultado que saiu das urnas?

O desenho que saiu das urnas deixou um aquário possível de captura de apoio bem maior para o Bolsonaro do que para o Lula. Fizemos um levantamento chamado de a Cara do Centrão, no qual alisamos todos os eleitos do Centrão e claramente há muito mais pró-Bolsonaro e inclinado a Bolsonaro do que pró-Lula e inclinado a Lula. A base aliada inicial do Bolsonaro é maior do que a do Lula. Para chegar a uma maioria simples, o Bolsonaro tem mais caminho, mas isso não inviabiliza uma maioria em caso de vitória de Lula. Ainda têm muitos deputados independentes e deputados do Centrão que podem negociar de um lado ou de outro, que dariam a Lula uma maioria. O número de possíveis deputados a serem capturados pela base do Lula é menor e isso encarece o apoio e faz com que o Lula tenha que mudar a sua forma de apresentar as suas propostas e de dialogar. Outra coisa: o Lula vai ter uma oposição que ele nunca teve antes, que vai bater na questão fiscal. Eu vejo com toda certeza, estando em Brasília e indo ao Congresso semanalmente falando com os líderes e os parlamentares, que o nível do debate fiscal melhorou.

Por que você acha isso?

Não significa que a melhoria do debate fiscal signifique um Congresso fiscalista. Não é uma questão binária. Eles estão mais interessados nesse assunto e têm mais diálogo com o mercado financeiro. O nível de autonomia do Congresso aumentou brutalmente. Ele é menos refém de um presidencialismo imperial. Em época de orçamento, o Palácio virava quase uma romaria. Hoje, com o orçamento impositivo de bancada, a própria RP-19 (orçamento secreto) e um bom acesso ao relator, cada deputado já tem um valor muito relevante para executar individualmente e de bancada. Eu conversei com dois presidentes de partido do Centrão que me falaram com todas as letras que tirar o teto de gastos sem deixar uma nova âncora é muito problemático.

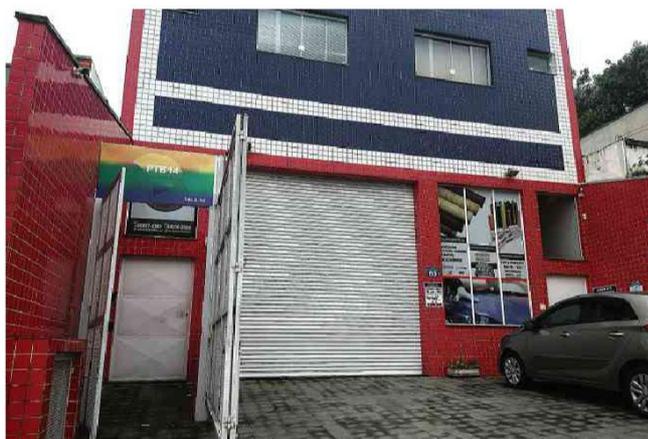
O que pode sair primeiro da pauta econômica em 2023?

Em caso de vitória do Lula, vamos ter uma discussão sobre o teto de gastos e uma nova âncora fiscal e **reforma tributária**, ainda que seja mais demorada. Em caso de vitória do Bolsonaro, pode ter uma discussão sobre reforma administrativa e de tributação de dividendos.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

Site: <https://www.terra.com.br/economia/mercado-vai-aceitar-ate-r-100-bilhoes-em-gastos-extras-diz-analista-politico,f388310faaab0e6bb41b918cb1b642af4428cts8.html>

Rosângela Moro, Adrilles e filha de Jefferson repassam R\$ 1 mi a empresa ligada ao PTB



Diretório do PTB de Guarulhos (SP), listado como empresa de publicidade Artur Rodrigues/Folhapress

Constança Rezende e Artur Rodrigues

A mulher do ex-juiz Sergio Moro, a deputada eleita Rosângela Moro (União Brasil), a filha de Roberto Jefferson, Cristiane Brasil (PTB), e o ex- BBB Adrilles Jorge (PTB) escolheram a empresa de um dirigente do PTB para prestar serviços como produção de materiais impressos e de camisetas, marketing, filmagem e transporte.

As três campanhas repassaram um total de R\$ 1 milhão à ALK Ronzani Publicidade, Propaganda e Marketing.

Segundo o cadastro na **Receita Federal**, a empresa pertence a Roberto Soares Ronzani. Ele é presidente do PTB em Guarulhos (Grande SP) desde março de 2021, com mandato até novembro. Também é membro do diretório estadual da legenda em São Paulo.

A ALK fica no bairro Jardim Pinhal, no mesmo endereço da sede do partido em Guarulhos, comandado atualmente por Ronzani. Os emails da empresa e do diretório do PTB também são iguais e levam o apelido do empresário, conhecido como Roberto Pezão.

A Folha esteve no endereço da empresa na terça-feira (11) e encontrou uma placa do PTB na fachada do prédio.

A reportagem procurou por Roberto Ronzani no local, mas ninguém atendeu ao interfone na sala indicada como sede municipal do partido.

Em seguida, a Folha tocou em outra sala e perguntou para vizinhos, que afirmaram que só o partido funciona no local e que desconhecem a existência da empresa ALK.

Minutos depois, Ronzani chegou de carro e, questionado, pediu que a reportagem enviasse as perguntas por escrito. Também mostrou fotos dos materiais que diz ter produzido -as imagens, depois, foram enviadas à Folha.

Segundo dados da Junta Comercial de São Paulo, a ALK foi fundada em 2018 e tem capital social de R\$ 10 mil.

Na eleição de 2018, prestou serviços de fornecimento de materiais gráficos no valor de R\$ 40 mil, segundo a Justiça Eleitoral. Neste ano, além do salto para R\$ 1 milhão, houve grande ampliação da gama dos serviços que presta.

Na declaração de Adrilles Jorge, os gastos incluíram R\$ 125 mil em marketing qualificado, R\$ 25 mil em filmagem e R\$ 10 mil em transporte. O total repassado à empresa foi de R\$ 200 mil. O ex-BBB teve 91.485 votos e não se elegeu.

Cristiane Brasil, que só recebeu 6.730 votos e ficou fora da Câmara, repassou R\$ 370 mil à empresa. Apesar da votação pouco expressiva, ela recebeu R\$ 2,8 milhões de recursos do fundo da direção nacional e estadual do PTB.

Já Rosângela Moro recebeu R\$ 2,8 milhões de seu partido, a União Brasil, e repassou R\$ 499 mil à ALK Ronzani - foi a maior despesa de campanha. Ela foi eleita.

Roberto Ronzani já se candidatou a vereador em Guarulhos em 2004, pelo PP. Na ocasião, ele declarou ser comerciante e ter ensino médio incompleto. Ele atuou, entre 2010 e 2011, como agente de segurança parlamentar da Alesp (Assembleia Legislativa de São

Paulo).

Em entrevista ao canal D"Lotus Podcast no Youtube, em março deste ano, o empresário disse que, ao assumir o cargo no PTB, aceitou o desafio "de ajudar a reestruturar o partido em São Paulo e Guarulhos" e que "estava trabalhando nisso".

Disse também que tinha "um pessoal legal para puxar votos", "com bandeira conservadora de direita e na linha da família". E acrescentou que estava à procura de recursos para lançar candidatos e que ele mesmo não se candidataria. Segundo ele, seria desleal, como presidente do partido, buscar recursos nas direções estadual e municipais, e ele mesmo se candidatar.

Ronzani disse à Folha que indicou alguns nomes para compor a chapa de deputado estadual e federal.

Questionado se ele receber pelo próprio partido não configuraria conflito de interesses, Ronzani afirmou que é presidente do diretório municipal do PTB e, como atende outras legendas, "acabou recebendo solicitações de alguns orçamentos".

Ele disse que sua empresa opera no mesmo endereço do PTB desde a sua fundação e que o partido "funciona em sala diferente".

"Não tem nenhuma previsão que impeça o fornecimento de material de propaganda eleitoral desde que seja praticado o valor de mercado, como nada consta na resolução 23.607", acrescentou.

Ele se referiu à resolução 23.607, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidaturas, além da prestação de contas.

Ronzani diz que foi procurado pela coordenação da campanha de Rosângela Moro para fazer orçamento de itens como "santinho", "santão", "adesivos" e outros materiais.

A assessoria de Rosângela afirmou que a ALK foi responsável pelos materiais gráficos da campanha e que a escolha do fornecedor foi feita pelo coordenador-geral da candidatura, Guto Ferreira.

Segundo a campanha, a prestação de contas dela "será entregue respeitando o prazo e a forma da legislação eleitoral".

Já Cristiane Brasil afirmou que a gráfica foi escolhida por ter melhores condições de preço, prazo e qualidade. Ela nega conflito de interesse na escolha do fornecedor.

"Não vislumbro qualquer conflito de interesse na contratação da empresa, uma vez que, como já explicitado, ela ofertou as melhores condições com relação ao preço, prazo de entrega e qualidade do material. Ademais, verifica-se que a empresa forneceu não só para candidatos do PTB como também a candidatos de diversos outros partidos." Ela disse ainda que a sede é apenas o escritório comercial da empresa e que sua equipe visitou o parque gráfico situado em outro local, onde verificou haver funcionários e máquinas funcionando.

A reportagem procurou Adrilles pelo número de WhatsApp descrito em suas páginas, mas não obteve resposta.

O diretório do PTB em São Paulo, que também contratou os serviços da ALK para serviços de marketing, material gráfico, artes para propaganda de televisão, "entre outros", afirmou que a empresa foi escolhida por ser conhecida dos contratantes.

A sigla negou conflito de interesses, afirmando que, se o serviço for qualificado, não há problemas na contratação.

"Ao prestar serviço qualificado, a preço de mercado, com entrega em dia, não há problema algum em contratá-la", respondeu, por nota.

Para Denise Goulart, professora de direito eleitoral e integrante da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), os indícios do caso "são muito suspeitos" e podem ser apurados pelo Ministério Público Eleitoral para uma posterior análise da Justiça Eleitoral, caso sejam encontradas ilegalidades.

"A preocupação da legislação eleitoral é sempre com a legitimidade do gasto. O MP [Ministério Público] pode investigar, por exemplo, se esse fornecedor tinha capacidade de realizar o serviço. Se configurar alguma ilegalidade, isso pode caracterizar desvio de finalidade e o recurso ser devolvido ao Tesouro Nacional", disse.

Para o advogado de campanhas e integrante da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-SP Fernando Neisser, há no caso elementos a motivar uma apuração, embora ressalve que seja prematuro concluir pela existência de irregularidade.

"Não há uma proibição formal para que se contrate empresas com esse tipo de vínculo. O que não pode acontecer e precisa ser verificado é se o serviço é fantasma, se não foi prestado, principalmente quando é dinheiro público envolvido", disse.

"A preocupação da legislação eleitoral é sempre com a legitimidade do gasto. O MP [Ministério Público] pode

investigar, por exemplo, se esse fornecedor tinha capacidade de realizar o serviço. Se configurar alguma ilegalidade, isso pode caracterizar desvio de finalidade e o recurso ser devolvido ao Tesouro Nacional" Denise Goulart professora de direito eleitoral e integrante da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

68

Hora de fazer os ajustes certos - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

É muito alto o crescimento dos gastos previdenciários em todas as esferas de governo, notadamente de 2006 para cá, em que pese o esforço de reforma que ocorre de tempos em tempos.

Tanto assim que, para um **PIB** que crescia, em média, a apenas 1,4% ao ano em 2006-21, os gastos do regime geral (**INSS**) aumentaram, em termos reais, a 5,1% em 2006-20, e, no respectivo regime próprio dos servidores, a 3,1% em 2006-21. Paralelamente, a despesa dos regimes próprios estaduais crescia à média de 5,9% em 2006-18, e, no caso dos municipais, à chocante taxa real média de 12,5%, dessa feita em 2011-18. Daí ao efeito redutor sobre os investimentos públicos (e ao crescimento do **PIB**) é um passo, como tenho insistido neste espaço.

É claro que, sem a reforma de regras propriamente dita e outras ações focadas em melhoria de gestão, conforme a Emenda nº 103/19, a Lei nº 13.846/19 e demais medidas principalmente na área do combate a fraudes, o maior crescimento dos gastos federais, por exemplo, teria acentuado bem mais o problema acima referido. Segundo acabo de apurar, em 2020-22 o impacto adicional reestimado para o conjunto de medidas só para a União foi de R\$ 156 bilhões, algo em torno de 80% a mais do que havia sido antes estimado apenas para a reforma.

De qualquer forma, se construíssemos um gráfico com duas variáveis básicas (os deficits ou as despesas previdenciárias, de um lado) e os investimentos do outro, de 2006 para a frente, especialmente para os entes subnacionais, a situação com que nos depararíamos seria uma em que os deficits previdenciários ou a própria despesa da área acabariam mostrando uma ascensão sistemática e rápida, conforme estudos atuariais existentes, e os investimentos desabariam sistematicamente até zerar não tão longe mais adiante. E cabe salientar que, dada a estagnação dos investimentos privados em infraestrutura, em termos de percentagem do **PIB**, que ocorre há bastante tempo, investimento público zero é algo obviamente inviável para qualquer ente público administrar.

Deve-se ressaltar, em adição, que há outras mudanças que foram tentadas, mas que o Congresso

Nacional não aprovou. Uma delas, na área da previdência rural, foi a manutenção da diferença de idade de cinco anos a menos para aposentadoria, relativamente à população urbana, que hoje os estudos demográficos defendem não fazer mais sentido. Outra seria o ajuste automático da idade de aposentadoria com o aumento da expectativa de vida, e o desafio de, no futuro, igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres. Esses são pontos a discutir futuramente, na próxima rodada de reformas, inclusive a inclusão de uma camada de capitalização no regime de **previdência social**, algo que se torna cada vez mais imperioso.

Na verdade, no tocante ao seu regime geral, o país, a exemplo, dos casos mais relevantes em termos mundiais, terá de evoluir para uma situação em que convivem três subregimes: (1) camada não contributiva básica equivalente ao nosso BPC; (2) uma camada obrigatória de repartição, também básica, equivalente ao nosso modelo atual de regime geral, porém com um teto menor; (3) uma camada obrigatória básica de capitalização, conforme há pouco sugerido; e (4), para os que têm um rendimento maior, uma **previdência complementar** opcional.

Regimes próprios

Passando para a discussão dos regimes próprios de servidores, hoje lá já existe capitalização (ou seja, a constituição de reservas para pagamento de benefícios no futuro), inclusive com a Constituição estabelecendo que eles têm de ser equilibrados financeira e atuarialmente, e a cada reforma as regras têm ficado mais claras sobre como esse equilíbrio deve ser construído.

A implantação desse modelo começou no início dos anos 2.000, e, como anteriormente não havia essa preocupação (até porque as despesas eram mais baixas), criaram-se deficits nesse período, em parte porque em muitos casos nem havia contribuições, muito menos a criação de reservas para pagamentos de benefícios no futuro.

O fato é que o Brasil envelheceu, e, hoje, temos regimes bastante deficitários, ainda que, no caso dos regimes novos criados já dentro do novo marco acima citado, sob maior controle do órgão federal que regula a previdência, a maior parte deles está equilibrada

financeira e atuarialmente. Ou seja, entre 200 e 300 casos de municípios totalmente capitalizados e equilibrados financeira e atuarialmente, podendo inclusive ser um "funding" novo e importante para financiar investimento em nosso país.

Há, também, um segundo grupo em que a grande maioria é de municípios com regimes próprios, que foi criado nos anos 90, logo após a Constituinte, com esforço de capitalização bastante avançado, mas, carregando nas costas um período em torno de 10 anos sem capitalização, acabou criando deficits atuariais elevados, ainda que administráveis a médio e longo prazos.

O problema maior está nos regimes mais antigos, onde estão a União, quase todos os estados (especialmente os mais antigos), as capitais e grande parte dos grandes municípios, inclusive com número de aposentados e pensionistas acima dos de servidores ativos. Mais adiante voltarei ao tema.

É realmente uma pena que temas como esse não tenham sido objeto de debates nos eventos promovidos pelos principais candidatos a cargos públicos de direção, especialmente no que se refere à candidatura presidencial.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Hora de fazer os ajustes certos

Articulação por emendas aumenta poder da Comissão de Orçamento

**DANIEL WETERMAN ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA /
THAÍS BARCELLOS**

O Congresso trabalha com outras frentes para eternizar o orçamento secreto. Além de usar o Plano Plurianual (PPA) para vincular o pagamento das emendas aos programas classificados como estratégicos, a articulação do Congresso passa por aumentar o poder da Comissão Mista de Orçamento (CMO) na aprovação dos recursos.

Em 2023, todos os recursos dependerão da assinatura do presidente da comissão, deputado Celso Sabino (União- PA), aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para serem pagos, além da decisão do governo de liberar os repasses. Antes, a indicação só dependia da assinatura do relator- geral e já ficava pronta para o Executivo efetuar o pagamento.

O relator do Orçamento de 2023 é o senador Marcelo Castro (MDB-PI), aliado do ex-presidente Lula.

A intenção dos parlamentares é transformar a CMO no "coração" do orçamento secreto e, assim, validar a indicação das emendas. Integrantes do colegiado dizem que, usando o PPA para fixar as emendas, é possível dar continuidade a obras e projetos de interesse do Congresso e evitar paralisações e questionamentos dos órgãos de controle.

"A participação do Congresso do Brasil precisa se adequar à realidade global de protagonismo no Orçamento, claro que à luz dos holofotes dos órgãos de controle", afirmou o presidente da CMO, Celso Sabino, ao falar que o colegiado tem adotado medidas para planejar a distribuição dos recursos entre as regiões do País.

O PP e o União Brasil, partidos de Lira e de Sabino, respectivamente, negociam formar uma federação partidária ou até uma fusão depois das eleições, o que transformaria a nova legenda no maior partido da Câmara, com 106 deputados.

Na prática, a junção garante o controle da CMO e da elaboração do Orçamento pelos próximos quatro anos. O maior partido da Casa tem preferência na escolha de cargos estratégicos, como o de presidente da comissão e de vagas na CMO.

"É uma força gigante", disse Sabino.

No cenário atual, o PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, poderia reivindicar o comando do colegiado.

Já o uso do PPA é uma alternativa à aprovação de uma PEC que inclua o orçamento secreto de forma definitiva na Constituição, opção que continua no radar. Parlamentares dizem que a aprovação de uma PEC acabaria com qualquer risco de o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar o esquema.

Uma proposta como essa, porém, depende da aprovação de 308 deputados e 49 senadores em dois turnos e não precisa passar pelo crivo do Executivo.

O PPA não dependeria de mudança na Constituição e pode garantir maior segurança e até a obrigatoriedade de pagamento das emendas nos próximos anos. As emendas secretas entraram no Orçamento por meio de alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de uma resolução do Congresso.

Em 2019, o próprio presidente Jair Bolsonaro enviou o projeto que criou o esquema, após vetar proposta relacionada ao tema.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.

Nos bastidores, dirigentes do Congresso afirmam que o orçamento secreto continuaria sendo executado em caso de reeleição de Bolsonaro (PL). A vitória do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, por outro lado, provocaria uma disputa maior pelo controle dos recursos.

Lula prometeu acabar com o esquema e quer retomar o poder de escolha sobre o Orçamento. A cúpula do Congresso age para proteger o mecanismo e diz que os parlamentares não vão recuar do que conquistaram até o momento.

Uma decisão do Judiciário contra as emendas é vista com preocupação pelos parlamentares.

Nos bastidores, líderes do Centrão ameaçam retaliar o STF, com corte de verbas e até com a aprovação de uma PEC para derrubar decisões dos ministros.

A presidente do STF, Rosa Weber, avalia pautar um julgamento que pode acabar com o orçamento secreto após o segundo turno das eleições.

Essa possibilidade ganharia força se Lula for eleito, de acordo com dirigentes do Legislativo.

Os congressistas esperam emplacar a narrativa de que as emendas atendem a interesses nacionais e necessidades da população, mesmo sendo distribuídas no varejo entre os parlamentares. A ausência de planejamento estratégico e a desigualdade regional na transferência dos recursos são questionadas no STF, que julga um processo sobre a validade do orçamento secreto, além da falta de transparência. O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou ilegalidades e classificou as emendas secretas como inconstitucionais.

Consignado do Auxílio já emprestou R\$ 1,8 bilhão

A presidente da Caixa, Daniella Marques, atualizou ontem os números do consignado do Auxílio Brasil, linha de crédito lançada oficialmente pelo banco na semana passada. Segundo ela, 700 mil pessoas já procuraram a modalidade, com liberação de R\$ 1,8 bilhão pela Caixa.

A linha de crédito tem juro de 3,45% ao mês, beirando o limite de 3,5% estabelecido pelo Ministério da Cidadania. A prestação máxima é de 40% do valor do benefício; já a parcela mínima é de R\$ 15. A duração do empréstimo é de até 24 meses.

O teto de 3,50% ao ano estipulado para a modalidade é maior do que o imposto pelos bancos ao consignado do **INSS** (de 2,14%). Além disso, segundo dados do Banco Central, está acima do que é cobrado, em média, nos vários tipos de consignado: para trabalhadores do setor privado (2,61%), para trabalhadores do setor público (1,70%), para aposentados e pensionistas do **INSS** (1,97%) e no consignado pessoal total (1,85%).

A Caixa foi um dos 12 bancos credenciados pelo Ministério da Cidadania para operar a linha de crédito, o único entre os cinco maiores do País. A modalidade é vista por analistas com preocupação pelo potencial de ampliação do endividamento das famílias.

- "A participação do Congresso precisa se adequar à realidade global de protagonismo no Orçamento, claro que à luz dos holofotes dos órgãos de controle." Celso Sabino Presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entregadores de aplicativos ainda sonham com direitos trabalhistas

Bico foi a única saída para ganhar dinheiro

O bico como entregador de aplicativos para a maioria dos trabalhadores começou apenas como uma forma de conseguir uma renda extra. Com a chegada da pandemia da Covid-19, o país mergulhou em uma profunda crise econômica, o que gerou aumento no número do desemprego. O que era para ser apenas um serviço temporário passou a ser a única opção de sustento. Fernando Correia trabalhava em um shopping no Centro de Belém, mas por causa das determinações para frear o contágio do vírus, o local precisou fechar as portas. Resultado: todos da loja foram demitidos. "Lembro que eu fiquei sem nenhuma alternativa e pensei nas diversas formas de ganhar dinheiro para sustentar minha família, aí a única escolha que tive foi trabalhar com delivery", explicou. No antigo emprego do Fernando, o trabalhador era coberto com plano de saúde, seguro de vida e contribuição à previdência. "Não só eu perdi, mas minha esposa



O entregador Luiz Santos abriu um MEI e paga R\$ 60 por mês
FOTO: RICARDO AMANAJÁS

e minha filha também perderam. Como não tenho garantias agora, o jeito é correr por trás. Por exemplo, eu contribuo para minha aposentadoria por fora, mas é a única coisa que consigo pagar, pois um plano de saúde é caro. Para a maioria, a decisão do TRT-2 é uma vitória inicial, que pode cair na esfera trabalhista superior e quem sabe melhorar a vida da classe. "Para conseguir ter o mínimo de direito, abri um MEI [Microempreendedor Individual] e todos os meses eu pago uma taxa de R\$ 60. Desta forma eu garanto pelo menos a minha contribuição ao INSS e minha aposentadoria no

futuro. Mas acho que poderíamos ter mais direitos", ressaltou Luiz Santos, 29.

“Lembro que eu fiquei sem nenhuma alternativa e pensei nas diversas formas de ganhar dinheiro para sustentar minha família, aí a única escolha que tive foi trabalhar com delivery”

Fernando Correia, entregador de aplicativo

10 mil, que será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. A empresa também fica proibida de contratar ou manter entregadores como autônomos.

Enquanto uma decisão do tipo não chega a Belém, muitos entregadores continuam se arriscando pelas ruas da capital sem nenhum amparo. Os riscos de acidentes de trânsito e assaltos são iminentes, até mesmo condições básicas de saúde são esquecidas, deixando a classe vulnerável durante as horas de trabalho em cima da moto ou de uma bicicleta.

Pedro Junior contou um pouco da rotina em meios aos carros da cidade. "Acordo por volta das 6 horas e começo o meu trabalho logo em seguida. Às vezes eu nem consigo comer no horário, já que é no almoço que as entregas ficam mais intensas e aproveitamos para ganhar um dinheiro legal. Eu volto para casa umas 21 horas exausto, só para dormir e começar tudo de novo no outro dia", relatou.



Trabalhar em três turnos é comum para alguns entregadores, que ralam muito e ganham pouco
FOTO: RICARDO AMANAJÁS

Diego Monteiro

Diante de uma decisão que partiu do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), milhares de entregadores puderam sonhar com direitos trabalhistas garantidos em lei. Isso porque a corte reconheceu a relação jurídica de emprego entre uma empresa de São Paulo e entregadores da plataforma. A sentença obriga a companhia a assinar a carteira de trabalho de todos os trabalhadores cadastrados.

Para os magistrados, ficaram claras as evidências do vínculo de emprego, tais como subordinação, pessoalidade, onerosidade e não eventualidade. Em caso de descumprimento, haverá multa diária de R\$

"Já aconteceu de um carro me bater, aí fiquei com as pernas machucadas. Precisei dar uma pausa nas entregas para poder me recuperar do susto. Creio que se eu tivesse direitos, o próprio **INSS** ajudaria nos três meses que eu precisei ficar em casa me recuperando e quem sabe eu teria um plano de saúde. Nesse período, sem meu trabalho, as coisas ficaram apertadas em casa", completou.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2265#book/9>

Auxílio Brasil: Idec vê uma série de infrações no consignado que começou a ser liberado há uma semana

Em uma semana, a Caixa Econômica Federal liberou R\$ 1,8 bilhão em empréstimos consignados a 700 mil beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), informou o banco. A medida é vista como um dos trunfos eleitorais de Jair Bolsonaro (PL).

Mas entidades de defesa do consumidor relatam uma série de reclamações e denúncias : segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), foram ao menos duas mil queixas, que vão de venda casada com seguro a ligações ao consumidor para ofertar o consignado - o que foi vedado nas normas do crédito.

O valor médio por operação ficou em torno de R\$ 2.600, afirmou a presidente da Caixa, Daniella Marques. O empréstimo do Auxílio Brasil tem taxa de juros de 3,45% ao mês, 0,05 ponto percentual abaixo do teto fixado pelo governo, e prazo de até 24 meses.

Por ano, a taxa de juros é de 50,23%. Com as condições da Caixa, um empréstimo pode chegar a R\$ 2.582. Com isso, ao longo do contrato, o tomador terá pago R\$ 3.840.

A taxa de juros a beneficiários do Auxílio Brasil é maior do que a do consignado de aposentados e pensionistas do **INSS**, de até 2,14% ao mês. Quem pega emprestados R\$ 2.582 no consignado do **INSS** paga R\$ 3.328,56 ao fim de 24 meses, diferença de R\$ 511,44 em relação ao valor da Caixa na linha do Auxílio Brasil.

Saiba mais sobre as queixas recebidas pelo Idec sobre o consignado do Auxílio Brasil na reportagem exclusiva aos assinantes.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/10/auxilio-brasil-idec-ve-uma-serie-de-infracoes-no-consignado-que-comecou-a-ser-liberado-ha-uma-semana.ghtml>

Índice do BC mostra retração da atividade



Rafaela Gonçalves

Após dois meses consecutivos em viés de alta, a atividade econômica brasileira encolheu mais do que o esperado pelo mercado. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que procura antecipar a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**), registrou em agosto contração de 1,13%. Foi a queda mensal mais intensa desde março de 2021, quando o índice recuou 3,6%.

O resultado de agosto não anulou o avanço do mês de julho, quando a alta foi de 1,67%. No acumulado em 12 meses o índice ainda registra um avanço de 2,08%. Segundo os analistas, o reflexo da queda de agosto vem da diminuição da produção industrial e das quedas nas vendas no varejo, em consequência das elevadas taxas de juros.

Em agosto, o setor de serviços, que representa cerca de 70% do **PIB** doméstico, teve seu quarto resultado positivo consecutivo, com alta de 0,7% no volume em relação a julho. Mas tanto as vendas no varejo (-0,1%) quanto a produção industrial (-0,6%) tiveram perdas no mês, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de os indicadores do IBGE e do BC terem uma metodologia diferente, apontam para um esfriamento da economia.

"O resultado do setor de serviços, que veio acima do esperado, não foi suficiente para carregar o IBC-Br. O número reflete as atividades mais fracas, no período, tanto da indústria quanto do varejo, que sentem os efeitos iniciais da política monetária mais restritiva sobre suas atividades", observou Eduardo Vilarim, economista do Banco Original.

O indicador do BC incorpora estimativas para a

agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos **impostos**, mas não considera o lado da demanda, incorporado no cálculo do **PIB** do IBGE. O IBC-Br é uma das ferramentas usadas pelo BC para definir a taxa básica de juros do país. Com o menor crescimento da economia, por exemplo, teoricamente haveria menos pressão inflacionária.

Segundo o economista e sócio da Nexgen Capital, Felipe Izac, uma atividade econômica mais baixa já era esperada pelo mercado no segundo semestre, após a sucessão de alta dos juros. "Apesar desse dado negativo, o mercado já estava de certa forma precificando isso. A alta de juros que ocorreu no Brasil para conter a **inflação** tem justamente esse efeito de desacelerar a economia, mas nada que nos preocupa por agora", disse.

Projeções

O BC interrompeu, no mês passado, o ciclo de aperto monetário ao manter a taxa básica de juros, Selic, em 13,75% ao ano. A autoridade monetária ainda melhorou a projeção para o crescimento econômico em 2022, para 2,7%, ante estimativa de 1,7% feita em junho, repetindo a taxa de expansão do **PIB** calculada pelo Ministério da Economia.

Por mais que o IBC-Br tenha mostrado retração, muitos analistas mantiveram as projeções para o **PIB** em 2022. O Banco Original não mudou a perspectiva de resultado positivo para o **PIB** do terceiro trimestre, calculando crescimento de 0,5% no período. A estimativa da XP Tracker é de alta de 0,6% na comparação entre o 2º e o 3º trimestres, e de 3,6% na comparação com o terceiro trimestre do ano passado.

A expectativa é de que os estímulos fiscais dados pelo governo deem alguma sustentação à economia neste ano, apesar da política monetária restritiva. "Essa visão otimista vem por expectativas no estímulo fiscal, redução de **impostos** e transferências fiscais para famílias de baixa renda, que são mais propensas a consumir, além do mercado de trabalho aquecido e um recuo na **inflação**", destacou o CEO da Box Asset Management, Fabrício Gonçalves.

Incertezas relacionadas à eleição presidencial ainda pairam sobre a economia. Além disso, o aumento de juros nas principais economias do mundo segue no radar, uma vez que tende a retrair a atividade no mundo e afastar investimentos de países emergentes, como o Brasil. Apesar disso, com os estímulos fiscais,

há um consenso entre os analistas de que a economia brasileira deve crescer próximo dos 3% neste ano e sofrer uma desaceleração em 2023.

O número reflete as atividades mais fracas, no período, da indústria e do varejo, que sentem os efeitos da política monetária mais restritiva" Eduardo Vilarim, economista do Banco Original

A Lei 14.457/2022 sob a perspectiva do Princípio da Igualdade (Artigo)

Mariana de Barros

Em 21 de setembro de 2022 foi sancionada a Lei 14.457/2022, originária da Medida Provisória 1.116/2022, que cria o programa Emprega + Mulheres, prevendo medidas de inserção e manutenção de mulheres no mercado de trabalho.

A nova lei regula diversas iniciativas, tais como o pagamento de reembolso-creche, mediante acordo individual coma trabalhadora, a flexibilização do regime de trabalho, o apoio ao retorno ao trabalho das mulheres após o término da licença-maternidade, entre outras medidas destinadas à empregabilidade das mulheres e a proteção à parentalidade.

Referido texto legal cria o Selo "Emprega + Mulher", que concede certificação para as empresas que apresentem boas práticas relacionadas ao estímulo da contratação e ascensão profissional de mulheres. As microempresas e as empresas de pequeno porte que receberem o selo serão beneficiadas com estímulos fiscais junto ao governo.

Abaixo, destacamos os principais pontos trazidos pela lei:

- Reembolso-creche: tal benefício já era previsto em algumas convenções coletivas e acordos coletivos e a Lei 14.457/2022 o aborda, permitindo a adoção pelos empregadores às empregadas e empregados que tenham filhos de até 5 anos e 11 meses de idade, mediante acordo individual, coletivo ou convenção coletiva de trabalho, que estabelecerá condições, prazos e valores da benesse, sendo que tais valores têm caráter indenizatório, não refletindo na remuneração. Para as empresas que adotarem o reembolso-creche não haverá mais a necessidade de instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação.

- Flexibilização do regime de trabalho: o novo texto legal flexibiliza a jornada de trabalho de mulheres e homens que tenham filhos, enteados ou pessoas sob sua guarda com até 6 anos ou, independentemente da idade, com deficiência, tendo eles prioridade para o exercício de suas atividades com uma ou mais das seguintes medidas: por meio de teletrabalho; de regime de tempo parcial; de regime especial de

compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas; de jornada de 12x36, quando a atividade permitir; além de antecipação de férias e concessão de horários flexíveis de entrada e saída. - Medidas para qualificação das mulheres: a nova lei também prevê, mediante requisição formal da empregada interessada, a possibilidade de i) suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional da mulher em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador; e ii) o encaminhamento da empregada ao Ministério do Trabalho e Previdência para recebimento de bolsa de qualificação profissional.

- Apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença maternidade e alterações no Programa Empresa Cidadã: para as empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, a nova legislação concede mais 60 dias de licença-maternidade, sendo que referido período poderá ser compartilhado com o companheiro, caso ele também trabalhe em uma empresa cidadã, que pode ser diversa da empresa da companheira. Ainda, há previsão de, caso a mãe opte pelos seis meses, esses 60 dias poderão ser substituídos por um período de 120 dias com meia-jornada. No retorno da licença-maternidade da mãe, a lei permite que o pai, em acordo com a empresa, suspenda o contrato de trabalho por até cinco meses para a realização de curso de forma não presencial, assíncrono, com carga horária máxima de 20 horas semanais.

A legislação aborda apoio ao microcrédito para mulheres e apoio à prevenção e combate ao assédio sexual e outras formas de violência no local de trabalho. No caso do microcrédito, são duas linhas: uma no valor de R\$ 2 mil para pessoas físicas e outra de R\$ 5 mil para microempreendedor individual (MEI).

Ao fazermos a análise do texto legal fica clara a intenção do legislador de quebrar, ou ao menos amenizar, o estigma da desigualdade de gêneros, criando um tratamento isonômico entre mulheres e homens na responsabilidade familiar, especialmente nos primeiros cuidados com os filhos, para trazer novas oportunidades de trabalho às mulheres, fomentando tais iniciativas pelas empresas.

A nossa Constituição Federal (CF) assegura em seu artigo 5º o Princípio da Igualdade: "Todos são iguais

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Logo em seguida, o inciso I complementa que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

Aos olhos dos constituintes, portanto, homens e mulheres são iguais. Têm os mesmos direitos e deveres, além da mesma dignidade, mas sabemos bem que na prática isso não acontece.

Importante registrar que, no direito, o Princípio da Igualdade é dividido em formal e material. O primeiro tem relação com a igualdade jurídica e do tratamento sem distinções.

Já no sentido material, pressupõe-se que se deve tratar de maneira igual os iguais e de maneira desigual os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. Nesse ponto, o texto legal em análise se destaca com o tratamento que deve ser dado às mulheres em relação aos homens.

Obviamente, existem inegáveis diferenças fisiológicas entre os gêneros, o que não pode ser admitido é o uso dessas dissemelhanças para que homens se julguem superiores às mulheres. Infelizmente, mulheres ainda são desvalorizadas por essa suposta "superioridade masculina". Em pleno século 21, ainda vemos uma boa parte de meninas e mulheres preteridas nos mais diversos espaços da sociedade.

E no mercado de trabalho não é diferente, segundo pesquisa do IBGE de 2019, divulgada em 2021. As mulheres ganham, em média, até 20,5% menos que os homens no país.

São muitos os obstáculos **impostos** pela sociedade para que a mulher ingresse e se mantenha no mercado de trabalho: diferença salarial, quando comparada a homens que ocupem o mesmo cargo; a maternidade, pois muitas acabam perdendo ou tendo que deixar o emprego para cuidar de filhos; o assédio no ambiente de trabalho, como pudermos observar em movimentos como o MeToo, e, claro, o machismo enraizado em nossa sociedade.

Grandes empresas em todo o mundo já adotam medidas como as da Lei 14.457/2022. Segundo pesquisa realizada pela Ernst Young, as empresas em que mulheres ocupam pelo menos 30% dos papéis de liderança são 1,4 vez mais propensas a ter um crescimento contínuo e lucrativo.

Diante dos vários desafios para a mulher no mercado de trabalho, a sensação de desânimo e de injustiça

social ainda se faz presente. No entanto, a nova lei traz um incentivo para que haja implementação pelos empregadores de ações voltadas para o fomento do protagonismo feminino no mercado de trabalho e na sociedade.

O caminho a ser trilhado para que acabe a desigualdade de gênero é longo, mas necessita ser alcançado, e a Lei 14.457/2022 em muito ajudará nessa mudança.

Mariana de Barros, Advogada especialista em direito do trabalho da Weiss Advocacia

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/10/2022/p1>



"Prévia" do PIB tem a maior queda desde março de 2021



A produção da indústria é uma das variáveis que compõem o IBC-Br, ao lado da agropecuária e serviços: índice cai mais do que o esperado

O indicador do BC leva em conta a trajetória das variáveis consideradas como bons indicadores para o desempenho dos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços). A estimativa incorpora a produção estimada para os três setores, acrescida dos **impostos** sobre produtos. O **PIB** calculado pelo IBGE é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país durante certo período.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/10/2022/p1>

Após dois meses consecutivos em viés de alta, a atividade econômica brasileira encolheu além do esperado em agosto, no ritmo mais forte em quase um ano e meio. O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), que é um sinalizador informal do Produto Interno Bruto (**PIB**), registrou em agosto redução de 1,13%, de acordo com os dados divulgados ontem pelo Banco Central.

A leitura marca a contração mensal mais intensa desde março de 2021, quando o IBC-Br teve queda de 3,6%. Entretanto, o resultado de agosto não apagou o avanço do mês de julho, quando a alta foi de 1,67%, ante um ganho de 1,17% em junho.

Na comparação com agosto do ano anterior, o índice registrou alta de 4,86%. No trimestre encerrado em agosto, a alta é de 1,20% e, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, o IBC-Br está 3,91% mais alto. Já no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 2,08%.

Os dados divulgados ontem pelo BC representam uma queda maior do que a prevista por especialistas. A expectativa em pesquisa da Reuters era de um recuo de 0,5% em agosto. Em julho, o IBC-Br surpreendeu após alta de 1,17%. Alguns economistas, porém, alertaram para o risco de desaceleração da atividade à frente.

VARIÁVEIS O indicador do BC é visto pelo mercado como uma antecipação do resultado do **PIB**. Ele é divulgado mensalmente pelo Banco Central, enquanto o **PIB** é divulgado a cada três meses pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBC-Br serve de base para investidores e empresas adotarem medidas de curto prazo. Porém, não necessariamente reflete o resultado anual do **PIB** e, em algumas vezes, distancia-se bastante.

Por que votamos em Lula (Artigo)

Maria Alice Setúbal (Neca), Doutora em psicologia da educação (PUC-SP), socióloga e presidente do Conselho da Fundação Tide Setúbal Mariana Almeida, Superintendente da Fundação Tide Setúbal, é professora do Programa Avançado em Gestão Pública do Insper e doutora em economia do desenvolvimento (FEA-USP)

Enquanto discutimos propostas e medos do passado, o presente nos atropela. Neste período eleitoral, temos debatido muito mais erros e concepções de períodos anteriores do que refletido sobre os desafios que temos para o futuro. E eles não são poucos ou simples. Vivemos múltiplas crises: econômica, política, social e ambiental.

Estamos nos referindo tanto aos passivos históricos, como desigualdades sociais e raciais, que nunca resolvemos, quanto aos desafios **impostos** pela aceleração das mudanças climáticas e o advento das novas tecnologias, que impactaram nossa forma de produzir e de consumir e mudaram de maneira definitiva a organização do mundo do trabalho.

São transformações profundas, que alteram os eixos fundamentais do mundo em que vivemos e para as quais não há respostas definitivas, ainda que haja diferentes níveis de amadurecimento entre países e continentes. O que se sabe e que para resolver os nossos atuais desafios não é mais possível pensar em velhas receitas, seja do mundo público, seja do mundo privado.

No campo corporativo, os indícios dessa mudança aparecem, por exemplo, na cobrança por maior engajamento na chamada agenda ESG, com debates que apontam para a necessidade de que alguns princípios passem a valer dentro do modelo de negócio -e não apenas como projetos adicionais da área filantrópica das empresas.

No campo público, a pandemia deixou explícita a importância da coordenação -ou descoordenação- dos governos para o atingimento de melhores resultados coletivos, demonstrando o quão anacrônico é o debate entre Estado máximo e Estado mínimo. O que importa é ter um Estado bom, capaz de garantir direitos para que cidadãos e cidadãs acessem igualmente oportunidades e possam atingir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Para os desafios que se colocam em nosso futuro, cada setor da sociedade precisa se reinventar e construir novas formas de atuar conjuntamente. São

questões que não se resolvem de maneira isolada. A reparação racial não é um problema apenas do Estado, assim como a transição para uma matriz energética limpa não pode ser deixada apenas nas mãos do setor privado. São inúmeros os exemplos que apontam para o fato de que a responsabilidade pela construção dessas soluções tem que ser compartilhada entre governos, empresas e terceiro setor num grande pacto em nome do que queremos: uma sociedade mais justa, menos desigual, desenvolvida, livre e sustentável.

No Brasil, trata-se de construir uma concertação nacional, de abandonar esse ambiente de disputas profundas, como se houvesse algum detentor da verdade e guardião de todas as respostas. Não há. Precisamos restabelecer a capacidade de escuta e o exercício de valorização dos indivíduos, das instituições e das organizações. Precisamos colaborar.

É por isso que o voto neste segundo turno deve levar em consideração quem, dentre os candidatos que até aqui chegaram, é capaz de melhor promover essa concertação nacional. Acreditamos que essa pessoa é Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Isso porque Lula não defende a violência como método de solução de conflitos, não despreza procedimentos institucionais, respeita as regras do jogo e já liderou uma concertação em um outro momento, fazendo o país viver um período importante de desenvolvimento com distribuição de renda. Neste ano, Lula deu sinais contundentes de abertura ao escolher como seu vice um antigo concorrente, Geraldo Alckmin (PSDB), fato que não deve ser menosprezado.

É disso que se trata a democracia. De abertura para a conversa, de construção de procedimentos conjuntos e de uma capacidade de somar frentes por um pacto coletivo maior. E é de mais democracia que precisamos -não de menos- para combater nossos problemas econômicos, ambientais, sociais e políticos. Então não se trata de dar um voto ao passado, mas ao futuro. Pela democracia, pelo Brasil, pelo futuro, votamos Lula.

[...] Lula não defende a violência como método de solução de conflitos, não despreza procedimentos institucionais, respeita as regras do jogo e já liderou uma concertação em um outro momento, fazendo o país viver um período importante de desenvolvimento com distribuição de renda

Maria Alice Setúbal (Neca), Doutora em psicologia da

educação (PUC-SP), socióloga e presidente do Conselho da Fundação Tide Setúbal

Mariana Almeida, Superintendente da Fundação Tide Setúbal, é professora do Programa Avançado em Gestão Pública do Insper e doutora em economia do desenvolvimento (FEA-USP)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

68

Após 15 semanas de queda, gasolina na bomba sobe 1,4%

GABRIEL VASCONCELOS RIO

O preço médio da gasolina comum nas bombas subiu 1,4%, de R\$ 4,79 para R\$ 4,84, entre os dias 9 e 15 de outubro, informou ontem a Agência Nacional de Petróleo Biocombustíveis e Gás Natural (ANP).

A alta interrompe um ciclo de 15 semanas consecutivas de queda, indicando a exaustão dos esforços do governo para rebaixar o preço do insumo ao consumidor por meio de corte de impostos e reduções nos preços praticados pela Petrobras em suas refinarias.

Desde o pico histórico de R\$ 7,39, registrado na penúltima semana de junho, a gasolina chegou a recuar 35% até a semana encerrada em 8 de outubro.

Mas, sem novos descontos nos preços da Petrobras nas últimas semanas, o preço do insumo voltou a subir nos postos brasileiros.

PRESSÃO INTERNACIONAL.

Especialistas afirmam que, com o mercado internacional pressionado e os preços da estatal abaixo da paridade de importação, não há espaço técnico para novas reduções nas refinarias. A estabilidade nos preços finais ao consumidor tende, portanto, a se consolidar.

A trajetória de queda que se encerrou esta semana começou em 24 de junho, quando o governo federal sancionou a lei que limitou o ICMS incidente sobre combustíveis a 17% em todo o País.

Depois, nos meses de julho, agosto e setembro, os preços seguiram caindo em função de quatro reduções seguidas nos preços praticados pela Petrobras em suas refinarias.

Antes do movimento de queda dos últimos três meses, a gasolina acumulava alta de 70,6% nos postos desde o início do governo Bolsonaro, em janeiro de 2019. Assim, os esforços do governo para reduzir preços à beira das eleições ainda não compensaram a escalada experimentada nos primeiros três anos e meio de governo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro e o seu desprezo ao pobre - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Bolsonaro e o seu desprezo ao pobre

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita reduz necessidade de financiamento público

Estevão Taiair De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187358?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187358?page=1§ion=1

Ex-presidente se diz preocupado com extrema-direita em alta

Cristiane Agostine De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187358?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187358?page=1§ion=1

Para deixar isolamento político, Sergio Moro se une ao bolsonarismo



Sergio Moro aconselha Jair Bolsonaro durante o debate de domingo (16) | Marlene Bergamo - 16.out.22/Folhapress

**Thiago Resende, Matheus Teixeira e Catia Seabra
BRASÍLIA E SÃO PAULO**

Ex-juiz e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro (União Brasil) deu início a um plano para contornar o isolamento político vivido por ele desde que pediu demissão do governo Jair Bolsonaro (PL).

O senador eleito pelo Paraná afirmou a aliados ver pouco espaço para furar a polarização e, por isso, retomou a aliança com Bolsonaro.

Ele quer reforçar a imagem de símbolo do antipetismo no país e voltar a andar ao lado do bolsonarismo, de onde vem a maioria do seu apoio político.

Para isso, decidiu apoiar Bolsonaro no segundo turno, em que o rival é Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Procurado pela campanha bolsonarista, Moro declarou voto no presidente e foi ao debate promovido por Folha, UOL, Band e TV Cultura neste domingo (16) ao lado dele - o ex-juiz foi convidado para provocar e desestabilizar Lula.

Bolsonaro e Moro reataram, mas os termos ainda estão sendo costurados. Moro deverá viajar nesta terça-feira (18) para Madrid, na Espanha, para participar de um evento que discutirá democracia e corrupção na América Latina. Ele só deve retornar ao Brasil a uma semana do segundo turno.

Aliados de Moro dizem que a expectativa é que, mesmo na Espanha, o ex-juiz faça um aceno à

reeleição de Bolsonaro.

O senador eleito fez uma publicação em rede social logo após o debate: "Fazer a coisa certa agora é derrotar o Lula e o projeto de poder do PT e depois, como senador independente, trabalhar pelo Brasil".

Em eventual novo mandato de Bolsonaro, Moro afirma a aliados que não deve aderir ao governo como em 2019. Mas as pautas, especialmente relacionadas à segurança pública, são bastante convergentes. Na prática, isso deve colocar os dois bem próximos politicamente.

O entorno de Bolsonaro avalia como explorar politicamente a reconciliação do presidente com o ex-ministro.

Ainda não estão previstos atos públicos em que Moro irá posar ao lado de Bolsonaro.

De acordo com aliados, isso irá depender das conversas entre a campanha e o ex-ministro. A costura tem sido feita pelo ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten e pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria.

Os dois foram ao Paraná para tratar do plano de colocar Moro na equipe de Bolsonaro no estúdio do debate da TV neste domingo (16).

Além da intermediação via Faria e Wajngarten, Bolsonaro entrou em contato com Moro duas vezes desde que o ex-juiz foi eleito senador pelo Paraná.

Segundo pessoas próximas a Moro, ele avaliou que o cenário político tende a se manter polarizado, o que estreita a margem para uma terceira via. O lavajatismo não gostou da aliança de Moro com Bolsonaro, mas, de acordo com interlocutores do ex-ministro, o peso político desse grupo é muito menor do que do bolsonarismo e do antipetismo.

Além disso, numa disputa entre Lula e Bolsonaro, Moro não teria como ficar neutro, dizem seus aliados.

O senador eleito afirmou a pessoas próximas que, em 2026, pretende concorrer a uma eleição majoritária, já que o mandato no Senado irá até 2030. Apesar de não descartar a disputa presidencial daqui a quatro anos,

Moro também está de olho no Governo do Paraná, cuja vitória se tornaria viável com apoio de bolsonaristas.

Caso Lula vença a eleição presidencial, Moro pretende se destacar como oposição ao petista no Congresso, usando o cargo para ganhar mais projeção nacional e se projetar como líder antipetista.

Num jogo para retomar a relação com Moro no segundo turno, o presidente Bolsonaro voltou a elogiar o ex-ministro nesta segunda (17).

"O homem teve uma forte posição no combate à corrupção do Brasil. Conversei com ele, as pequenas divergências ficaram para o passado", afirmou Bolsonaro.

Sobre o futuro de Moro, o presidente declarou: "Ele tem uma política própria para ele no Senado, que ele vai tentar levar avante. O objetivo do Moro é o Brasil. E hoje em dia a única hipótese sou eu".

O clima ameno entre os dois contrasta com o que vinha se desenhando desde o início de 2020, quando o ex-juiz da Lava Jato pediu demissão do ministério.

A acusação, na época, era de que o presidente queria aparelhar a Polícia Federal para proteger a família de investigações. Em um vídeo com ministros divulgado posteriormente, Bolsonaro classificou como uma "vergonha" não ter acesso a informações de órgãos de inteligência.

Após as tentativas fracassadas de se viabilizar como pré-candidato ao Palácio do Planalto e de transferência de domicílio eleitoral para São Paulo, Moro decidiu disputar o Senado. A União Brasil foi o partido que o abrigou.

A legenda no estado é comandada por políticos alinhados a Bolsonaro.

Durante a campanha, Moro voltou a flertar com o bolsonarismo, ressaltar o trabalho que teve na Lava Jato e a atacar Lula.

Enquanto a reaproximação de Moro e Bolsonaro é usada como troféu da campanha do PL, o comando da campanha do ex-presidente Lula descarta a ideia de levar ao programa eleitoral a reaparição do ex-ministro ao lado do presidente durante o debate.

Integrantes da coordenação lembram que já foi exibido um filme associando a atuação de Moro à frente da Lava Jato e sua nomeação no governo Bolsonaro.

Segundo um apoiador do ex-presidente, o uso da

imagem de Moro poderia dar visibilidade ao ex-ministro, credenciando-o como um porta-voz da oposição em um eventual governo Lula.

Relembre ataques de Moro a Bolsonaro

" Quando vi meu trabalho boicotado e quando foi quebrada a promessa de que o governo combateria a corrupção, sem proteger quem quer que seja, continuar como ministro seria apenas uma farsa" 10.nov.2021 ao se filiar ao Podemos

"Chega de corrupção, chega de mensalão, chega de petróleo, chega de rachadinha, chega de orçamento secreto" 10.nov.2021 ao se filiar ao Podemos

"O país está mal porque o presidente é ruim. (...) Está na conta do Bolsonaro o desemprego, a **inflação**, a demora nas vacinas e essas atitudes malucas de ser contra a vacina (...) O Lula só está voltando porque esse governo é muito ruim" 24.jan.2022 em entrevista ao Flow Podcast

"Ele pegou os caras que estavam com Lula e está tudo com ele hoje. E o cara vem falar que é contra a corrupção?" 24.jan.2022 em entrevista ao Flow Podcast

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50068>

Atividade econômica encolhe mais que o esperado em agosto, aponta indicador do BC

A economia brasileira encolheu mais do que o esperado em agosto, no ritmo mais forte em quase um ano e meio, de acordo com indicador do Banco Central divulgado nesta segunda-feira (17).

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC) registrou em agosto contração de 1,13%, de acordo com o dado dessazonalizado do indicador que é um sinalizador do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Esse é o primeiro resultado no vermelho depois de dois meses seguidos de ganhos e foi bem pior do que a expectativa em pesquisa da Reuters de queda de 0,5%. A leitura marca ainda a contração mensal mais intensa desde março de 2021, quando o IBC-Br teve queda de 3,6%.

O resultado, entretanto, não apagou o avanço do mês de julho, que o BC revisou para uma alta de 1,67%, depois de informar anteriormente ganho de 1,17%.

Na comparação com agosto do ano anterior, o IBC-Br registrou alta de 4,86%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 2,08%, de acordo com números observados.

Estímulos fiscais devem dar alguma sustentação à economia neste ano, principalmente aos serviços que ainda se recuperam do abalo provocado pela pandemia, embora a política monetária seja restritiva.

Medidas adotadas pelo governo para aquecer a economia no ano eleitoral incluíram a antecipação do 13º para aposentados, liberação de recursos do FGTS e, mais recentemente, desonerações dos setores de combustíveis e energia e aumento do valor do Auxílio Emergencial.

No entanto, os preços elevados ainda pesam no bolso dos consumidores. Embora o IPCA tenha registrado deflação em setembro pela terceira vez seguida, a queda dos preços se concentrou recentemente nos combustíveis e energia, e só agora os alimentos começam a mostrar algum alívio.

Em agosto, o setor de serviços continuou sendo o destaque, com alta de 0,7% no volume em relação a julho, acima do esperado.

Mas tanto as vendas no varejo quanto a produção

industrial tiveram perdas no mês, em um ambiente também de juros elevados.

"O resultado acima do esperado do setor de serviços não foi suficiente para carregar o IBC-Br. O número reflete as atividades mais fracas tanto da indústria quanto do varejo no período, que sentem os efeitos iniciais da política monetária mais restritiva sobre suas atividades", explicou Eduardo Vilarim, economista do Banco Original.

Segundo ele, apesar do resultado negativo de agosto ele mantém perspectiva de resultado positivo para o **PIB** do terceiro trimestre, calculando crescimento de 0,5% no período.

O BC interrompeu no mês passado seu agressivo ciclo de aperto monetário ao manter a Selic em 13,75% ao ano, e ainda melhorou sua projeção para o crescimento econômico em 2022 a 2,7%, ante estimativa de 1,7% feita em junho, repetindo a taxa de expansão do **PIB** calculada pelo Ministério da Economia.

Mas ainda pairam sobre a economia as incertezas relacionadas à eleição presidencial, cujo segundo turno acontece em 30 de outubro e coloca frente a frente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

A agenda fiscal é ponto focal, e a questão do teto de gastos -principal âncora para as contas públicas brasileiras- é a que mais chama a atenção de investidores

Ao mesmo tempo, o aumento de juros nas economias avançadas segue no radar, uma vez que tende a retrain a atividade no mundo e afastar investimentos de países emergentes.

A pesquisa Focus realizada semanalmente pelo BC com uma centena de economistas aponta que a expectativa é de que o **PIB** cresça 2,71% neste ano, mas desacelere com força em 2023 para uma expansão de 0,59%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50068>

Relatório aponta caminhos para País reduzir em 36% emissões de metano

EMILIO SANT'ANNA

Ampliar políticas e medidas que já existem nos setores de agropecuária, energia, saneamento e controle do desmatamento pode reduzir as emissões de metano (CH₄) do Brasil em até 36% em relação aos níveis de 2020, conforme relatório do Observatório do Clima (OC) apresentado nesta segunda-feira. O gás é o segundo maior responsável pelo aquecimento global. Quase metade do aumento de temperatura da Terra após a Revolução Industrial, no século 19, se deve às emissões de metano.

A estimativa é maior do que os 30% propostos para 2030 pelo Compromisso Global do Metano, um acordo voluntário assinado pelo Brasil e cerca de 120 países em 2021, em Glasgow, durante a Cúpula do Clima da ONU (COP-26). O potencial brasileiro, porém, é ainda maior, segundo o relatório. Em longo prazo, com políticas de corte mais profundas e investimento maior, as emissões podem ser reduzidas em até 75%, aponta o OC, rede da sociedade civil brasileira formada por 77 organizações, incluindo ONGs ambientalistas, institutos de pesquisa e movimentos sociais.

O Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do OC aponta que, se mantidas as políticas atuais de controle de emissões de metano, o Brasil chegará a 2030 emitindo 7% a mais do que em 2020. A ampliação de uma série de políticas e medidas em todos os setores, no entanto, permite reduzir as emissões até 2030 para 13,75 milhões de toneladas, ou 36,5% de corte. "Estamos propondo que o Brasil adote a meta de 36% até 2030 comparada a 2020. A gente acha que é plena mente possível fazer isso e o Brasil sairia na frente e puxaria a meta de reduções", afirma Tasso Azevedo, coordenador técnico do Observatório do Clima e do SEEG.

SOLUÇÕES. Entre as medidas para alcançar essa meta estão o manejo dos dejetos animais, o melhoramento genético do rebanho bovino e a adoção da terminação intensiva, o abate precoce com engorda acelerada dos animais, além da eliminação da queima da palha da cana prática já adotada no Estado de São Paulo, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar. Além disso, nos outros setores, podem ser adotadas medidas como zerar o desmatamento com indícios de ilegalidade - compromisso assumido pelo governo brasileiro -, erradicar os lixões, gradualmente eliminar

a deposição em aterros sanitários e aproveitar 50% do biogás gerado.

Cada molécula de metano tem potencial para aquecer o planeta 28 vezes mais do que uma molécula de dióxido de carbono (CO₂) em um prazo de cem anos. Em 20 anos, o potencial de aquecimento é ainda maior: 80 vezes. Apesar disso, o metano é produzido em quantidades menores do que o CO₂. Em 2020, 52 bilhões de toneladas de CO₂ foram emitidas no planeta, ante 364 milhões de toneladas de metano.

"É uma grande oportunidade. O Brasil é um grande emissor dentro da porteira, com a fermentação entérica e as mudanças no uso da terra, onde o Brasil é o maior emissor", diz Celso Manzatto, da Embrapa e coordenador da Plataforma ABC, que monitora as emissões de gases do efeito estufa na agricultura brasileira. "Nossa pecuária é extensiva, 75% é de baixa produtividade e responsável por 66% das emissões de metano. Daí a grande oportunidade que temos porque somos o maior rebanho comercial do mundo e temos todo interesse de não sofrer restrições de mercado." **CONTRAMÃO.** Apesar do potencial para o corte de emissões e do compromisso assumido em Glasgow, o Brasil caminhou na contramão do mundo em 2020, e registrou aumento de 9,5% nas emissões de gases do efeito estufa em relação ao ano anterior. A tendência mundial naquele ano, por causa das restrições das atividades econômicas motivadas pela pandemia, foi de queda de quase 7%.

As causas do resultado brasileiro foram as altas no desmate da Amazônia e do Cerrado, enquanto em países desenvolvidos a redução na poluição esteve ligada a menores atividades industriais e demanda de energia. A fragilização no combate aos crimes ambientais e os constantes aumentos nos índices de desmatamento puseram o País como alvo de críticas de grupos econômicos, sociais e científicos no Brasil e no exterior.

Os 782 milhões de toneladas de dióxido de carbono emitidas em 2020 na Amazônia pelas mudanças no uso do solo fizeram com que a floresta sozinha se transformasse em uma das maiores fontes de emissão do planeta. Se fosse um país, seria o 9.º maior emissor do mundo. Ficaria à frente, por exemplo, da Alemanha. Ao somar 113 milhões de toneladas do Cerrado, os dois biomas juntos poderiam ser o 8.º país

com a maior emissão. Ou seja, no ano em que a economia brasileira teve queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**), as emissões do País cresceram. A maior parte dessa poluição atmosférica, alertam especialistas, foi decorrente de uma atividade ilegal e que não gera riqueza para o Brasil.

O Ministério do Meio Ambiente afirma que ao lançar, em março, o Programa Metano Zero, o Brasil se tornou o primeiro País a adotar ações concretas após o Pacto de Glasgow. "O programa oferece incentivos fiscais para o reaproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos e agrícolas provenientes, entre outros, de aterros sanitários, cana-de-açúcar, criação de aves e suínos e da indústria de laticínios." Já o Ministério da Agricultura diz que o Plano ABC, criado em 2010 e renovado em 2021, tem o objetivo de consolidar a agropecuária como de baixa emissão de carbono.

Setembro tem metade das queimadas de todo o ano

Metade de toda a área queimada no Brasil neste ano foi registrada em setembro. Ao todo, foram 5.825.520 hectares atingidos por incêndios florestais no mês. Os dados são do relatório do Monitor do Fogo do MapBiomas. O Cerrado é o bioma mais atingido, com 2.973.443 hectares perdidos, ou 13% a mais que no mesmo mês de 2021. A Amazônia teve o maior aumento de área queimada em relação a setembro do ano passado: 71%, ou 1.080.388 hectares a mais.

Isso ocorre apesar do efeito La Nina, que deixa os biomas mais úmidos, segundo Ane Alencar, coordenadora do Mapbiomas Fogo (rede formada por universidades, ONGs e empresas de tecnologia) e diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. "A Amazônia não pega fogo sozinha, é preciso alguém para riscar o fósforo", afirma ela. "Para existirem incêndios são necessários material combustível, clima seco e ignição.

Mesmo com o clima não tão favorável está pegando fogo." Juntos, Amazônia e Cerrado somam 95% da área queimada no Brasil até setembro deste ano. Por Estados, Mato Grosso soma quase um quarto do que foi queimado no Brasil no período. Pará e Tocantins vêm na sequência. e.s.

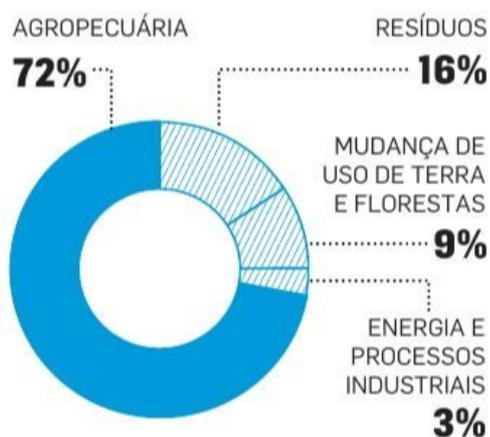
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Problema a ser combatido
Cada molécula de metano tem potencial para aquecer o planeta 28 vezes mais do que uma de CO₂

AQUECIMENTO GLOBAL

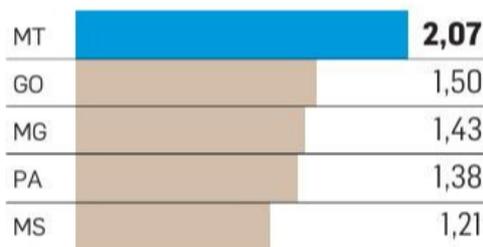
Metade do aumento líquido da temperatura global verificado atualmente se deve ao metano (CH₄)

Emissões de metano no Brasil por setor



Ranking das 5 maiores emissões de metano do setor agropecuário por Estados em 2020

EM MILHÕES DE TONELADAS

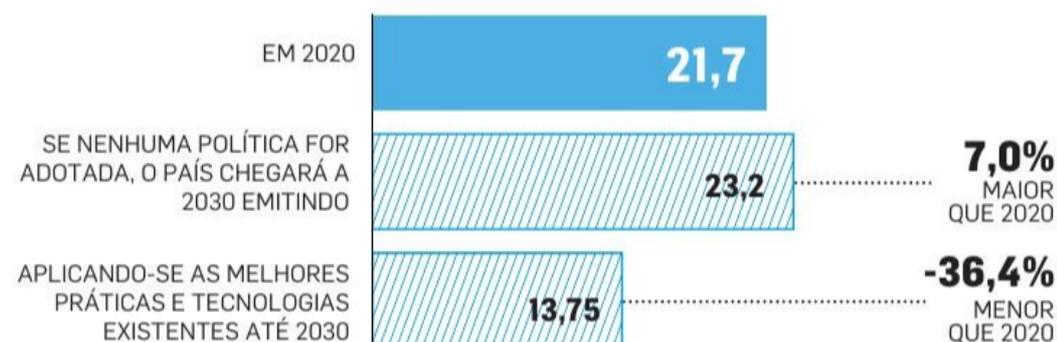


Brasil o 5º maior emissor de metano do mundo

Isso representa 5,5% do metano do planeta, enquanto a participação do país nas emissões gerais de gases de efeito estufa é de 3,3%

As emissões globais de metano

VOLUME EM MILHÕES DE TONELADAS



FONTE: SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (SEEG) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Perda de fôlego em agosto não diminui otimismo para o ano

Marcelo Osakabe e Larissa Garcia De São Paulo e Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187358?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187358?page=1§ion=1